

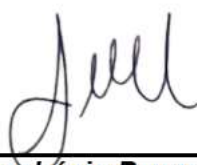
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS DA FRENTE PARLAMENTAR DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS, FINANCIAMENTOS, OBRAS E AÇÕES DE HABITAÇÃO POPULAR, MELHORIA HABITACIONAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às quinze horas e quarenta minutos, reuniu-se, presencialmente, no auditório Ademir Arruda, localizado na Câmara Municipal de Fortaleza, a Frente Parlamentar de Acompanhamento de Projetos, Financiamentos, Obras e Ações de Habitação Popular, Melhoria Habitacional e Regularização Fundiária, criada com a aprovação do Requerimento n.º 0404/2021. Estiveram presentes os senhores Vereadores: Lúcio Bruno, Adriana Nossa Cara, Tia Francisca, Robério Sampaio e Larissa Gaspar, na qualidade de membros; acompanhando a reunião, a assessoria dos Vereadores Gabriel Aguiar e Júlio Brizzi; como convidados, a Secretária-Executiva da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), sra. Juliana Sena, o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), sr. Lúcio Jucá, o representante da Secretaria das Cidades, sr. Waldemar Pereira, o representante da Habitafor, sr. Simplício, o representante da Secretaria Municipal da Gestão Regional (SEGER), sr. Arcelino, bem como empreendedores dos conjuntos habitacionais e movimentos sociais que atuam na área de habitação. O Presidente da Frente Parlamentar de Acompanhamento de Projetos, Financiamentos, Obras e Ações de Habitação Popular, Melhoria Habitacional e Regularização Fundiária, Vereador Lúcio Bruno, abriu a reunião ordinária do primeiro período legislativo do ano de dois mil e vinte e dois e explicou que a Frente não pôde fazer visitas às localidades no ano de dois mil e vinte e um em virtude da pandemia do novo coronavírus e ressaltou que o objetivo da reunião era tratar dos desafios e das problemáticas dos empreendedores em conjuntos habitacionais no Município de Fortaleza. Na sequência, após deliberação sobre ordem de fala, passou a palavra para o sr. Sérgio, que agradeceu o convite e pediu uma salva de palmas para o jovem Éric, que faleceu na comunidade recentemente; insurgiu-se contra o fato de o conjunto em que mora não possuir Código de Endereçamento Postal (CEP); afirmou que os moradores são tratados como bandidos pelas instituições públicas; disse que os moradores têm as portas arrombadas pela polícia, mais especificamente, em razão de uma operação policial denominada Domus; por fim, manifestou-se contrário à atuação da Enel, pelos cortes de energia e pela aplicação de multas aos moradores das comunidades. Dada a palavra ao sr. Evangelista da FAEC, este pediu que os presentes ficassem de costas para a mesa de debates em protesto contra as atitudes tomadas pelo Estado e pela Prefeitura; agradeceu o convite; manifestou-se contra a Operação Domus; afirmou que a população não foi ouvida; denunciou a subtração de objetos por parte da polícia, pertencentes aos moradores; por fim, parabenizou o Vereador Lúcio Bruno pelo convite. Com a palavra, o Presidente Vereador Lúcio Bruno reforçou que a pauta da reunião seria tratar dos desafios e das problemáticas dos empreendedores em conjuntos habitacionais no Município de Fortaleza, que a população poderia manifestar-se sobre todos os assuntos que fossem de seu interesse, mas que a reunião seria mais produtiva se a discussão se centrasse na pauta

previamente estabelecida. Em seguida, passou a palavra para as sras. Mila e Nara, representantes do Conjunto Alameda das Palmeiras. A sra. Nara começou afirmando que a comunidade conseguiu a primeira linha de ônibus que passa pelo residencial, bem como os postos e as creches construídas, além das escolas em construção; insurgiu-se contra a fiscalização da Habitafor na região; afirmou não haver projetos sociais em quantidade adequada em funcionamento no conjunto habitacional. A seguir, a sra. Mila agradeceu o trabalho social que vem sendo realizado pela SDE através do projeto Nossas Guerreiras; afirmou que 10 (dez) mulheres da comunidade foram agraciadas com o recebimento de R\$3.000 (três mil reais) e cursos profissionalizantes com a finalidade de empreender. Dada a palavra ao sr. Waldemar, este afirmou que a Secretaria das Cidades não participa de operações policiais, tal como a Operação Domus, citada pelos representantes das comunidades; afirmou que, nos Conjuntos Cidade Jardim 1 e Cidade Jardim 2, a secretaria passou informações para o Ministério Público sobre a propriedade das áreas dos conjuntos e que a finalidade da informação seria a desapropriação de áreas com o objetivo de construir boxes; afirma que a secretaria não teve retorno do Ministério Público após as informações repassadas; aduziu que “José Euclides” é um empreendimento da Caixa Econômica Federal e que esta deveria ter solicitado à Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), a regularização do CEP do empreendimento. Com a palavra, o sr. Lúcio Jucá informou que o carro-chefe da SDE é o projeto Nossas Guerreiras; informou que o público-alvo são mulheres que constituem “arrimo de família” e que são contempladas com empréstimos da importância de R\$3.000 (três mil reais), com devolução em trinta parcelas de R\$100 (cem reais); esclareceu que o projeto é agregado ao projeto Capacita, que ensina as mulheres a empreender com auxílio, inclusive, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), e contempla a entrega de certificados; ressaltou que o programa é destinado a mulheres com idade acima de 18 (dezoito) anos e passou os contatos da secretaria para o público presente. O Presidente da Frente Parlamentar, Vereador Lúcio Bruno, solicitou um encaminhamento à SDE para que a secretaria fosse às comunidades para explicar melhor os programas existentes. Dada a palavra ao sr. Arcelino da SEGER, este informou que a secretaria coordena os trabalhos das doze regionais; atestou que é necessária a realização de cadastramento e planejamento nos conjuntos habitacionais a fim de que sejam realizadas melhorias; esclareceu que o cadastramento não tem a finalidade de cobrar taxas ou proibir as atividades econômicas nas comunidades e que, no momento, está sendo feito um levantamento minucioso da situação. A seguir, o Presidente passou a palavra para a sra. Juliana Sena, que parabenizou a atuação da Frente Parlamentar; lamentou o aumento da vulnerabilidade social no país; afirmou que o problema do CEP já teve encaminhamento por parte da Prefeitura, sob responsabilidade da SEUMA. Em resposta, o sr. Aldemir Martins solicitou que também fosse dado encaminhamento ao pleito do CEP do seu conjunto habitacional. Novamente com a palavra, a sra. Juliana Sena esclareceu que a intenção da Habitafor é, tão somente, organizar, que não tem objetivo de acabar com os empreendimentos ou proibi-los; atestou que o último conjunto habitacional entregue, o do Alto da Paz, já contempla em sua planta os espaços para empreendimentos; colocou-se à disposição das comunidades para esclarecimentos e finalizou informando que não há equipes da Habitafor atuando em conjunto com operações policiais. Dada a palavra ao sr.

Cláudio do Escritório de Direitos Humanos da Câmara, este afirmou ter visitado os Conjuntos José Euclides e Cidade Jardim; considera ser imprescindível que a Administração Pública relacione habitação com trabalho; pediu a suspensão das ações repressivas nos residenciais; que as operações contemplem não só a presença dos policiais, mas também outros agentes públicos que possam esclarecer aos cidadãos seus direitos, a fim de regularizar sua situação diante da Administração; que o poder público busque espaço nas comunidades para que a regularização não paralise as atividades dos empreendedores locais. Dada a palavra à pastora Rosa, esta reconheceu que a audiência realizada é de suma importância; afirmou que, em razão da cor de suas peles, seus parentes têm medo da polícia; acredita que o grande Bom Jardim está abandonado; por fim, agradeceu a participação. Passada a palavra ao sr. José Maria Tabosa, este informou que é morador do Pirambu; atestou que no seu bairro está sendo organizada a área para empreendedorismo; afirmou temer a Operação Domus no seu bairro; insurgiu-se contra o fato de que no Pirambu os moradores precisam pagar dois IPTUs (Imposto Predial e Territorial Urbano); disse não ter clareza sobre a forma de análise do valor venal do imóvel, assim como sobre a cobrança da taxa de lixo. Passada a palavra à sra. Soraia, representando o Vereador Gabriel Aguiar, esta se solidarizou com os representantes das comunidades; solicitou encaminhamento para que fosse dada publicidade sobre as operações policiais e ressaltou que falta diálogo do Poder Executivo com as comunidades. Com a palavra, a Vereadora Adriana Nossa Cara afirmou que pessoas de sua equipe sofreram com os abusos da Operação Domus; que a operação promoveu abertura de inquéritos em face de trabalhadores e, até mesmo, mulheres amamentando, impondo o “fichamento” dos cidadãos; solicitou encaminhamento para solucionar a situação dos CEPs e suspensão das operações; por fim, cobrou o oferecimento de 170 (cento e setenta) vagas para aluguel social previstas no orçamento municipal. Dada a palavra à Vereadora Larissa Gaspar, esta saudou os participantes; pugnou pelo aumento das linhas de ônibus nos conjuntos habitacionais e pela regularização dos empreendedores, bem como solicitou a regulamentação dos empreendimentos nos conjuntos habitacionais; por fim, colocou-se à disposição dos movimentos sociais. Passada a palavra ao Vereador Robério Sampaio, este se solidarizou com os moradores de conjuntos habitacionais na periferia; denunciou a falta de ônibus e a excessiva distância dos conjuntos habitacionais em relação aos grandes centros urbanos; propôs que as comunidades busquem a SDE para aprender como empreender e colocou-se à disposição de todos. Ao final, o Presidente Lúcio Bruno passou todos os contatos da Frente Parlamentar e garantiu dar encaminhamento e retorno a todos os questionamentos das comunidades. A reunião foi levantada às dezoito horas e quinze minutos.

Câmara Municipal de Fortaleza, 16 de fevereiro de 2022.



Vereador Lúcio Bruno - PDT
Presidente da Frente Parlamentar